

POÉTICAS ANTI-ANONIMATO: O TEXTO LITERÁRIO E OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA OFICIAL

Mateus Roque da Silva¹

Raul Chatel Neto²

DOI: <https://doi.org/10.34019/1983-8379.2023.v16.42389>

RESUMO: Gestada pelas ideologias dominantes, a historiografia oficial, por muito tempo, conferiu destaque a determinados sujeitos e eventos, negligenciando, na mesma medida, outros tantos elementos fundamentais a uma compreensão mais abrangente da História. Esse consenso teórico, predominante entre os historiadores até meados do século XX, facilmente se irrompe diante da potencialidade heterogênea do texto literário, capaz de, ao longo das eras, atravessar esses discursos dominantes, conferindo notoriedade e, não raramente, protagonismo aos diversos sujeitos e personagens menos favorecidos por esse hiperfoco historiográfico. Diante de tais possibilidades, o presente artigo buscará discutir, à luz das contribuições de Jean-Claude Schmitt (1998), Alfredo Bosi (2015) e Leyla Perrone-Moisés (2016), em que medida a poesia pode contribuir (e contribui) com uma apreensão mais totalizante do passado histórico, revelando as situações, os dilemas e as angústias daqueles que, por alguma perspectiva ideológica, foram ignorados, silenciados e, por muitas vezes, assassinados. Dentre as várias obras em destaque, nossa análise se centrará no *Romanceiro da Inconfidência* (2015), de Cecília Meireles, e n' *Os cus de Judas* (2010), de Antônio Lobo Antunes, a fim de elucidar o papel da literatura diante dos discursos oficiais sobre o passado e dos excluídos pela historiografia oficial.

Palavras-chave: História e Literatura; História Oficial; História vista de baixo; Literatura dos retornados; Literatura e anonimato.

ABSTRACT: Managed by dominant ideologies, official historiography, for a long time, highlighted certain subjects and events, neglecting, to the same extent, many other elements fundamental to a more comprehensive understanding of History. This theoretical consensus, predominant among historians until the middle of the 20th century, easily breaks down out in face of the heterogeneous potential of the literary text, capable of, throughout the ages, traversing these dominant discourses, giving notoriety and, not infrequently, protagonism to the various subjects and characters less favored by this historiographical hyperfocus. Given such possibilities, this article will seek to discuss, in light of the contributions of Jean-Claude Schmitt (1998), Alfredo Bosi (2015) and Leyla Perrone-Moisés (2016), to what extent poetry can contribute (and does contribute) to a more totalizing apprehension of the historical past, revealing the situations, dilemmas and anxieties of those who, from some ideological perspective, were ignored, silenced and, often, murdered. Among the various works highlighted, our

¹ Doutorando em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil, Bolsista CAPES e coordenador do Grupo de Estudos em História e Literatura (GEHISLIT/ PUC Minas). E-mail: mateusroques@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2292-5197>.

² Especialista em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Brasil, Licenciando em Letras – Português e Literaturas – pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: r.chatel@gsuite.iff.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2986-5898>.

analysis will focus on *Romanceiro da Inconfidência* (2015), by Cecília Meireles, and *Os cus de Judas* (2010), by Antônio Lobo Antunes, in order to elucidate the role of literature in the face of official discourses about the past and those excluded by official historiography.

Keywords: History and Literature; Official History; History seen from below; Literature of the returnees; Literature and anonymity;.

Introdução

*É preciso refundir nossos provérbios.
Foram feitos no inverno, e agora é verão.*
Oscar Wilde

Quando Fiódor Dostoiévski escreveu *Gente Pobre* (1846), Victor Hugo *Os miseráveis* (1862) e Jorge Amado seu *Capitães da Areia* (1937), uma questão em comum, ao que parece, pode ser considerada o estopim para a escrita desses romances, seja ela: Qual a condição dos sujeitos menos favorecidos na Rússia, na França e no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX? Uma indagação abrangente e que, como se pode supor, também poderia ter sido formulada por cientistas sociais, antropólogos e historiadores do mesmo período. No entanto, na devida ocasião, escritores de ficção foram aqueles que, valendo-se de discursos literários, deram corpo, vida e destaque aos dilemas de sujeitos comuns como Makar Diévúchkin, Jean Valjean e Pedro Bala.

A história oficial, a serviço dos propósitos dominantes, sempre se ocupou dos grandes indivíduos do passado, enfatizando seu discurso na trajetória de reis, papas e generais em detrimento de seus súditos, fiéis e exércitos, igualmente fundamentais para o desenrolar da História humana. A literatura, por outro lado, foi capaz de nomear e, não raramente, conceder o protagonismo aos sujeitos menos favorecidos por esses discursos, rasurando-os em alguma medida. No lugar em que a história oficial impuser uma versão da dominação holandesa sobre Angola, ao longo do século XVII, Pepetela, no romance *A gloriosa família* (1997), a subverterá, alçando um simples escravizado, simbolicamente mudo e iletrado, à condição máxima de narrador dos eventos históricos, cuja criticidade ímpar recairá sobre seus senhores colonizadores. Quando, mais ao norte do Atlântico, a história oficial impuser que o rei D. João V construiu, em meados do século XVIII, o Convento de Mafra, em Portugal, José Saramago acrescentará, em seu romance *Memorial do convento* (1982), que foram, na verdade, os diversos trabalhadores lusitanos, profundamente explorados por seu rei, que, com exímia dificuldade e determinação, o ergueram.

Em perspectiva crítica, conforme Alfredo Bosi (2015a), em seu *Entre a história e a literatura*, esse é o grande diferencial da literatura em relação aos outros discursos, pois ela sempre se opôs à massificação dos indivíduos, uma vez que “a poesia a todos redimiu do anonimato, em cada um reconheceu a face única [e] inconfundível” de sua essência (BOSI, 2015a, p. 13). Enquanto a historiografia oficial ocupou-se, quase que exclusivamente, dos monarcas, dos líderes revolucionários e dos grandes movimentos políticos, a literatura, por outro lado, voltou-se para os habitantes das periferias de São Petersburgo, Paris e Salvador,

para as vozes silenciadas pelo colonialismo europeu e para os braços daqueles que, concretamente, levantaram do chão os grandes monumentos nacionais e religiosos de Portugal. Em outros termos, foram autores de ficção como Fiódor Dostoiévski, Victor Hugo, Jorge Amado, Pepetela e José Saramago que, poeticamente, identificaram, nomearam e alçaram esses indivíduos subalternizados a novas possibilidades de existência e vida.

Diante desse ensejo, o presente artigo buscará discutir o lugar destinado aos anônimos, aos subalternizados e aos excluídos pela historiografia oficial na composição da História humana, a fim de compreender como esses sujeitos, embora muito diversos, compartilham de uma mesma perspectiva crítica de enfrentamento às ideologias dominantes. Explicitaremos aqui, a partir de um sobrevoo pelas produções literárias do ocidente, como essas vozes, muitas vezes economicamente pobres, colonizadas, pretas, femininas e fora dos padrões heteronormativos, foram duramente silenciadas pelo discurso oficial da História, mas que, contrariando esse movimento hegemônico, se fizeram presentes nas artes, em geral, e nas literaturas, em específico.

1. A literatura contemporânea e os anônimos na história oficial

Segundo Jean-Claude Schmitt (1998), a história oficial era, até meados do século XX, “obra de justificação dos progressos da Fé ou da Razão, do poder monárquico ou do poder burguês” (SCHMITT, 1998, p. 261). Toda a centralidade do discurso historiográfico recaía sobre os papéis desempenhados pelas elites do poder, da fortuna ou da cultura hegemônica. A história das nações reduzia-se à história das grandes dinastias e a história religiosa convertia-se na história da Igreja e seus clérigos. Paralelamente a isso, os estudos literários dedicavam-se, quase que exclusivamente, ao grande cânone, desvendando a poética homérica, shakespeariana e dantesca, eclipsando, de alguma maneira, as demais produções culturais, sobretudo as de origem mais popular.

É nessa ambiência que surge o movimento historiográfico dos *Annales*. Nele, diversos cientistas franceses, como Marc Bloch, Lucien Febvre, Jacques Le Goff e Georges Duby, passaram a revisitar o passado histórico com novos questionamentos suscitados pelo seu próprio tempo. Novas perguntas e novas abordagens teórico-metodológicas trouxeram à luz homens e mulheres que, por muitos séculos, passaram despercebidos pela história oficial, condenados ao mais severo anonimato. Duby, em *Tempo das catedrais* (1976), nos convida a repensar o período medieval, discutindo questões que extrapolam as análises mais convencionais, ocupadas de questões políticas e econômicas, conforme já elucidado por Schmitt (1998).

Na escrita literária, assim como na historiográfica, o movimento contemporâneo de revisitação do cânone tem se efetivado progressivamente com mais força. Esse ímpeto entre os críticos e os literatos advém de novos questionamentos postos pelos empasses vivenciados no tempo presente. No Brasil, por exemplo, com o fortalecimento de uma série de movimentos sociais – como aqueles em prol da luta pelos direitos dos povos negros e indígenas, pelos

direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, entre outros – fomentou-se, entre os críticos, diversas leituras inéditas acerca da obra de autores como Machado de Assis e José de Alencar, Clarice Lispector e Cassandra Rios. Para além disso, esse interesse fez com que se lançasse luz sobre autores quase completamente renegados pela grande crítica, tais como Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus e Júlia Lopes de Almeida que, mesmo contribuindo com a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, foi impedida de ocupar uma de suas cadeiras, destinadas, na ocasião, apenas aos intelectuais do sexo masculino.

Como síntese desse debate, e buscando melhor ilustrá-lo, ocupemo-nos d' *A reivindicação de Antígona* (2022), publicada no ano de 2022 pela escritora estadunidense Judith Butler. Na obra americana, conforme alusão expressa no título, a autora revisita a clássica tragédia *Antígona* de Sófocles, datada de 442 a.C, concentrando-se na construção simbólica da feminilidade no processo de descumprimento das ordenações impostas pela sociedade helênica, desvelando, ainda, a postura transgressora da personagem homônima, entendida aqui enquanto síntese feminina, em face das imposições ideológicas inculcadas pelo *status quo*.

Na tragédia de Sófocles, Creonte, filho de Meneceu, assume o trono de Tebas após a morte de seu irmão Eteócles. Esse rei havia perecido em uma batalha contra Polinice, irmão de Antígona, mas não antes de também matá-lo. Creonte, desolado com os últimos acontecimentos e buscando punir postumamente o inimigo de seu irmão, declara que o corpo de Polinice não receberia as honrarias ritualísticas de um funeral digno, prática hoje reconhecida como Direito Natural. Antígona, desolada pela morte de seu irmão, desobedece a ordem real e, ao ser descoberta, é severamente condenada por Creonte, resultando em sua morte. Diante dos fatos, Hemon, filho do rei e apaixonado por Antígona, tira sua própria vida, ato que também se estende a sua mãe, incapaz de viver com a ausência de seu filho, concluindo, assim, mais uma das tragédias de Sófocles.

A dramaturgia grega rompeu as eras, permitindo que contemporaneamente, passados mais de vinte séculos, seja ainda possível revisitar criticamente, a partir de diversas perspectivas poéticas, jurídicas, míticas, sócio-históricas, dentre outras, suas produções artísticas. O texto de Sófocles é potente e instiga-nos, continuamente, a refletir sobre ele, levantando questionamentos acerca da sua composição formal, da sua construção narrativa e de seu enredo magistral. Todos esses elementos fizeram com que Butler chegasse à conclusão de que a revisitação do cânone literário não só era possível, como também se fazia necessária diante das questões postas pela contemporaneidade, afinal, em *Reivindicação de Antígona* (2022), ela pondera sobre o discurso desafiador e de empoderamento da personagem ao desafiar a perspectiva imposta pelo Estado de sua época, ainda que significasse, em última instância, a sua própria morte.

A partir do exposto, observa-se que, em âmbito histórico e literário, os indivíduos, reais e ficcionais, são continuamente confrontados pelas ideologias dominantes, das quais podem, de forma consciente ou inconsciente, compactuar ou, não raramente, buscar formas alternativas de enfrentamento, gestando ações e narrativas que podem versar em favor dos menos favorecidos, dos marginalizados, dos silenciados e, até mesmo, como fizeram Judith Butler e Antígona, dos exterminados pelo *status quo*. Em dimensão sociológica, poder-se-ia definir a ideologia, a partir das formulações de Marilena Chauí (2013), como:

um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um conjunto de ideias ou representações com teor explicativo (pretende dizer o que é realidade) e prático ou de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuí-las à divisão da sociedade em classes, determinada pelas divisões na esfera de produção econômica. (CHAUI, 2013, p. 117).

A ideologia, nesses termos, comporta-se como organizadora, evidentemente à sua maneira, do mundo concreto. Ela fornece as explicações racionais que justificam as ações dos indivíduos no tempo, definindo, em seus próprios termos, quem são os heróis e os vilões, os santos e os pecadores, os civilizados e os bárbaros. Os indivíduos contemporâneos, assim como Butler (2022), contrários aos encaminhamentos que essas narrativas assumiram, passam a revisitar as bases do discurso dominante, propondo uma releitura dos objetos culturais, dos vestígios arqueológicos, das narrativas excluídas e, em maior proporção, da própria história oficial.

Nessa direção, Leyla Perrone-Moisés (1990) destaca o grande potencial do texto literário, sobretudo na medida em que ele, “na sua gênese e na sua realização, [...] aponta sempre para o que falta, no mundo e em nós. Ele empreende dizer as coisas como são, faltantes, ou como deveriam ser, completas” (PERRONE-MOISÉS, 1990, p. 104). Uma completude negada, ideologicamente, pela percepção errônea de que alguns sujeitos, ou classes sociais, são mais importantes que outros. Opondo-se a isso, “as principais formas que a literatura contemporânea tem assumido são dependentes desse passado recente. Citação, reescritura, fragmentação, colagem, metaliteratura, todas remetem à história e às obras desse passado,” a fim de, criticamente, revisitá-lo e, em alguma medida, recriá-lo. (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 149).

Em outros termos, se a história oficial insistir em concentrar-se apenas na narrativa dos vencedores, é a literatura que se ocupará, em certo ineditismo, dos vencidos, dos cidadãos comuns, dos homens e das mulheres que passaram despercebidos por uma historiografia mais tradicional, centrada apenas nos grandes sujeitos políticos e econômicos. Nas palavras do escritor português José Saramago, vencedor do prêmio Nobel de Literatura, em 1998:

[...] não me satisfaz aquilo que os textos históricos me dizem; informam-me, esclarecem-me, evidentemente, porque é justamente para isso que a História se faz, que a História se escreve, mas a verdade é que me deixa sempre com essa sensação de falta, de ausência – falta aqui qualquer coisa – e digamos que com este romance [História do cerco de Lisboa] e com o meu trabalho de ficção é certamente por vezes como se eu quisesse [...] acrescentar, como se quisesse dizer: “atenção”, o que disseram está bem, mas falta qualquer coisa, que eu venho dizer (SARAMAGO *apud* MATIAS; ROANI, 2008, p. 5).

A partir dessa percepção, diversos autores de ficção passaram a revisitar o passado de seus países, introduzindo uma nova percepção contemporânea acerca dos eventos históricos, uma vez que o simples gesto de “olhar para trás implica ver marcas, padrões, que não se repetirão” ou que não se quer que repitam (JUNIOR ABDALA, 2017, p. 18). Cecília Meireles, em seu *Romanceiro da Inconfidência* (1953), recupera o século XVIII mineiro, rediscutindo os grandes mártires da Inconfidência Mineira (1789), mas também lançando luz sobre os sujeitos esquecidos, tais quais os oficiais da coroa portuguesa responsáveis por decapitar Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Do outro lado atlântico, em Portugal, António Lobo Antunes, em *Os cus de judas* (1979), questiona a narrativa oficial lusitana sobre os acontecimentos que desembocaram na independência da Angola (1974), desvelando a violência da guerra, demonstrando as formas da brutalidade, em nível físico e psicológico, que os soldados, portugueses e angolanos, estavam submetidos. Em tom similar, Lídia Jorge, em sua *Costa dos Murmúrios* (1988), discorre acerca dos impactos da ocupação portuguesa em Moçambique, questionando a estrutura da dominação colonial, bem como a do imperialismo europeu, responsável pelas mais sangrentas guerras, ou melhor, massacres da região.

Outras vozes, das quais destacamos as de origem africana, como Chinua Achebe na Nigéria, Mia Couto em Moçambique, Scholastique Mukasonga em Ruanda e José Eduardo Agualusa em Angola, também irrompem com essa visão unilateral da história oficial, produzindo obras de grande teor histórico-poético, como os romances *Um homem popular* (1966), *O outro pé da sereia* (2006), *Nossa senhora do Nilo* (2012) e *A rainha ginga* (2014), respectivamente. Esse movimento de atravessar atrevidamente as narrativas oficiais sob uma perspectiva contemporânea consiste, segundo o sociólogo francês Michel Maffesoli (1987), em um desejo criativo de contestar as ideologias acríticas e, não raramente, mecânicas, impostas pelas classes dominantes. Assim, o teórico (1984) parte da percepção de que muitos desses valores e produtos culturais são postos à cultura, em primeiro momento, de forma passiva e uniformemente alinhados às imposições sociais de um dado período e classe social. No entanto, diversos sujeitos, a partir de uma postura inconformista, atravessam essas margens preestabelecidas, trazendo à superfície social novas percepções, atuando, de algum modo, como modificadores das questões já enraizadas.

Ao abordar sobre a não satisfação do real, o ofício literário pode tomar como objeto uma postura crítica, reconhecendo a reprodução ideológica, mas, ao mesmo tempo, denunciar e criar espaços de criticidade através das manifestações artísticas. Ao compreender o seu contexto, o sujeito se integra ao processo histórico de formação identitária, de modo que, como afirma Cândido (2004), a literatura se torna como um direito fundamental que deve ser satisfeito sob pena de violar a personalidade, pois o literário se conecta à visão de mundo, aos sentimentos e à promoção da humanização dos indivíduos, dentro de seus respectivos contextos sócio-históricos.

2. Novos olhares: a literatura revisita o passado histórico

Desde Homero e Virgílio até Walter Scott e George Martin, a História sempre serviu de inspiração aos escritores de ficção. Ao longo do tempo, os autores foram motivados, por curiosidade, impulsos político-pedagógicos, ou até mesmo pelo inconformismo com as narrativas oficiais, desejaram regressar ao passado histórico, reconfigurando-o à luz de seu tempo presente. Nessa senda, autores como John Tolkien, ao revestir de magia o mundo medieval, Érico Veríssimo, ao percorrer séculos de história gaúcha, ou Liev Tolstói, ao narrar as investidas napoleônicas sobre a Rússia, foram capazes, cada qual ao seu modo, de reordenar, por meio da ficção, nossas percepções contemporâneas acerca do passado histórico.

Diante desse rearranjo, a literatura, em sua acepção moderna, sempre questionou “a divisão de saber entre ciência (conhecimento verdadeiro) e ficção (como não verdade ou fingimento, ou ainda, mentira) [...]. Em cada linha de qualquer obra literária, podemos ver, internalizado na voz narrativa [...], o que chamamos autoquestionamento literário” (BASTOS, 2011, p. 126), pois essa é a forma como a arte almeja, em todas as suas reestruturações do mundo, nos instigar a “descobrir o que os outros não souberam ver com tanta clareza, [nos instigar a perceber o que os outros] não souberam sentir com tanta força” (BOSI, 2015c, p. 10). Em outras palavras, poder-se-ia afirmar, a partir das formulações de Alfredo Bosi (2015b), que:

[...] a verdade estética - desde Aristóteles que se sabe - é diversa da verdade histórica. O artista literário cria ou recria um mundo de verdades que não são mensuráveis pelos mesmos padrões das verdades factuais. **Os fatos que manipulam não têm comparação com os da realidade concreta. São as verdades humanas gerais, que traduzem antes um sentimento de experiência, uma compreensão e um julgamento das coisas humanas, um sentido da vida, e que fornecem um retrato vivo e insinuante da vida** (BOSI, 2015b, p. 24, grifo nosso).

É por meio desse impulso interior, capaz de nos impelir à busca pelas verdades humanas, que autores de ficção como Itamar Vieira Junior, Micheline Verunschik e Marcelo Mússuri retornam, em seu sentido poético, ao passado histórico, a fim de desvendá-lo, lançando luz diante daquilo que não soubemos ver e, ao mesmo tempo, fazendo-nos sentir aquilo que, humanamente, não fomos capazes de sentir a contrapelo. Segundo Hermenegildo Bastos (2011), em termos mais objetivos, “o poder da obra literária está [justamente] em trazer, a quem dela pretende se acercar, o imperativo de repensar incessantemente parâmetros. Não fosse assim, a obra não teria o poder de provocar mudanças [no mundo], e é isso que lhe dá relevância.” (BASTOS, 2011, p. 125).

A título de exemplificação, aclarando os apontamentos interrelacionais entre a ciência histórica e o texto literário, centremo-nos no *Romanceiro da Inconfidência* (2015a), de Cecília Meireles. A obra, originalmente publicado em 1953, é o resultado empírico de uma série de

experiências vivenciadas pela própria autora, posteriormente relatadas em conferência à Casa dos Contos³, em 1955. Segundo a poetisa:

[...] quando, há cerca de quinze anos [anos de 1940], cheguei pela primeira vez em Ouro Preto [MG], o Gênio que a protege descerrou como num teatro, o véu das recordações que, mais do que a sua bruma, envolve estas montanhas e estas casas -, e todo o presente emudeceu, como plateia humilde, e **os antigos atores tomaram suas posições no palco**. Vim com o modesto propósito jornalístico de descrever as comemorações de uma Semana Santa; porém, **os homens de outrora misturaram-se às figuras eternas dos andores; nas vozes dos cânticos e nas palavras sacras** [...]. Diante dos nichos e dos passos, brilhou o olhar de donas e donzelas, vestidas de roupas arcaicas, com seus perfis inatuais e seus nomes de outras eras. **Na procissão dos vivos caminhava uma procissão de fantasmas**; pelas esquinas estavam rostos obscuros de furriéis, carapinas, boticários, sacristães, costureiras, escravos - e pelas sacadas debruçaram-se aias, crianças, como povo aéreo, a levitar sobre o peso e a densidade do cortejo que serpenteava pelas ladeiras. (MEIRELES, 2015b, p. 241-242, grifo nosso).

Cecília, de modo extremamente lírico, revela aos seus interlocutores como foi capaz de reparar, enquanto caminhava junto à procissão dos vivos, os muitos fantasmas do passado, enquanto metáfora para os mortos, que ainda habitavam em anonimato a cidade ouropretana. Esta que foi palco de diversas insurreições e conflitos, sendo a Inconfidência Mineira, delatada à coroa portuguesa em 1789, a mais repercutida na historiografia brasileira. Contudo, embora recorrentemente estudada, a história oficial insistia, na sua percepção, em contemplar sempre os mesmos personagens, tais como o advogado e poeta Cláudio Manuel da Costa, o jurista e também poeta Tomás Antônio Gonzaga e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, negligenciando os sacristães, as costureiras, os escravizados, os soldados de baixa patente, dentre tantos outros sujeitos que igualmente compuseram as muitas faces dessa história revolucionária.

Seu romanceiro, por outro lado, inverte essa percepção paradigmática, pois a literatura, nesses termos, surge como uma forma de subversão, uma vez que “não pretende fornecer um simples retrato da realidade, mas antes criar uma imagem da realidade, uma reinterpretação, uma revisão. É o espetáculo da vida através do olhar interpretativo do artista, a interpretação artística da realidade” (BOSI, 2015b, p. 50):

Se isso [o discurso da história oficial] bastasse, os documentos oficiais com seus interrogatórios e respostas, suas cartas, sentenças e defesas realizariam a obra de arte ambicionada, e os fantasmas sossehariam, satisfeitos. **Nesse ponto descobrem-se as distâncias que separam o registro histórico da invenção poética: o primeiro fixa determinadas verdades que servem à explicação**

³ A conferência de Cecília Meireles, marcada pela recente publicação de seu romanceiro, ocorreu no edifício da Casa dos Contos, localizado no centro histórico da cidade de Ouro Preto (antiga Vila Rica), capital de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX.

dos fatos; a segunda, porém, anima essas verdades de uma força emocional que não apenas comunica fatos, mas obriga o leitor a participar intensamente deles, arrastado no seu mecanismo de símbolos, com as mais inesperadas repercussões. Ainda que se soubessem todas as palavras de cada figura da Inconfidência, nem assim se poderia fazer com o seu simples registro uma composição de arte. A obra de arte não é feita de tudo - mas apenas de algumas coisas essenciais. **A busca desse essencial expressivo é que constitui o trabalho do artista. Ele poderá dizer a mesma verdade do historiador, porém de outra maneira.** (MEIRELES, 2015b, p. 250-251, grifo nosso).

O ficcionista pode, uma vez que não tem o dever, dizer a mesma verdade que os historiadores. Tiradentes continuará a ser enforcado na narrativa de Cecília Meireles, pois não é de seu interesse deturpar os fatos históricos já apresentados pela historiografia oficial. O seu objetivo é outro, pois centra-se no movimento de clarificar as áreas (ou sujeitos) ainda relegados às sombras, voltando-se para os que, por muito tempo, foram considerados menos importantes pelas imposições ideológicas dominantes. Em seu romanceiro “falam as personagens da conspiração, a voz anônima do povo, os maldizentes, os justos, as testemunhas, os curiosos. Viram motivos de pura poesia os autos da devassa, os inventários dos bens dos inculpadados, os antecedentes socioeconômicos do levante mal esboçado”. (RÓNAI, 2015, p. 287).

Na realização de sua obra, a autora, a fim de uma maior compreensão dos fatos narrados, dedicou-se exaustivamente ao estudo das fontes oficiais acerca da Inconfidência Mineira (1789), recorrendo a diversos documentos, relatórios e confissões. Contudo, “Cecília não se atém às vozes oficiais. Prefere principalmente depoimentos, conformando seu romanceiro através de múltiplas vozes, que vinculam versões desencontradas do que de fato teria ocorrido” (BORDINI, 2015, p. 293). Esse movimento, por sua vez, instigou o seu trabalho imaginativo, permitindo que a poetisa recriasse “um pedaço do tempo e, ao lhe reescrever poeticamente a história, dá a uma conspiração revolucionária de poetas, num rincão montanhoso do Império português, a consistência de mito” (SILVA, 2015, p. 13).

Para além dos homens relegados ao anonimato, esclarece Cecília, “nem me são indiferentes os animais. E os cavalos que encontro na paisagem acordam todos os outros cavalos de outrora, a transportarem recados, presságios, prisioneiros, defuntos, por estas serras, em todas as gerações” (MEIRELES, 2015b, p. 260). Diante de tais personagens, em seu capítulo LXXXIV ou Dos cavalos da inconfidência, a autora desvela seus impasses, pois

Eles eram muitos cavalos
nas margens desses grandes rios
por onde os escravos cantavam
músicas cheias de suspiros.
Eles eram muitos cavalos
e guardavam no fino ouvido
o dom das catas e dos cantos,
a voz dos amigos e inimigos,
- calados, ao peso da sela,
picados de insetos e espinhos
desabafando o seu cansaço

em crepusculares relinchos.
(MEIRELES, 2015a, p. 231).

Esses animais percorriam, ambigualmente, as margens dos grandes rios, ao passo que também observavam os sujeitos escravizados à margem da sociedade, cantando suas muitas músicas cheias de suspiros. Uma melodia que aliviava o trabalho com a bateia, que unia os muitos povos africanos em uníssono, mas que, pelo desenrolar o tempo, foi se perdendo, uma vez que nenhum documento, oficiosamente constituído, ocupou-se de sua preservação. Os equinos ouviam a todos, senhores e escravizados, amigos e inimigos, clérigos e leigos, que atravessavam as muitas estradas mineiras, afinal

Eles eram muitos cavalos,
entre Mantiqueira e Ouro Branco,
desmanchando o xisto nos cascos,
ao sol e à chuva, pelos campos,
levando esperança, mensagens,
transmitidas de rancho em rancho.

Eles eram muitos cavalos,
entre sonhos e contrabandos,
alheios às paixões dos donos,
pousando os mesmos olhos mansos
nas grotas, repletas de escravos,
nas igrejas, repletas de santos.
(MEIRELES, 2015a, p. 232).

Inspirado pela poética de Cecília Meireles, o mineiro Luiz Ruffato publicou o seu romance *Eles eram muitos cavalos* (2001), atrelando-se, já no título, aos debates suscitados pelo *Romanceiro da Inconfidência*. A obra ruffatiana, em uma espécie de continuidade, convida-nos a uma nova reflexão crítica da realidade, introduzindo, agora, uma perspectiva contemporânea da situação dos marginalizados no Brasil do século XXI. O romance oferece mais de sessenta episódios independentes que se desenvolvem em simultâneo ao longo do dia 09 de maio de 2000 em São Paulo, mas que, ao mesmo tempo, são urdidos pela centralidade na história das classes menos favorecidas, apresentando-nos da realidade de uma escola depredada pela violência à trajetória de um jovem da periferia que sonha em tornar-se poeta:

É por meio de uma poética de fragmentos que Luiz Ruffato encontra sua forma de subverter a estrutura do romance e desconstruir um discurso histórico pautado nos valores de uma cultura patriarcal que “prioriza homens brancos, de classe média ou alta, adeptos de uma religião legitimada socialmente, heterossexuais, adultos e aptos a dar ordens e sustentar regras” (GINZBURG, 2012, p. 200). Ao dar voz à classe proletária brasileira, a obra propõe-se a contribuir com o processo de articulação de uma memória mais coerente do cenário nacional. (SANTOS, 2017, p. 150).

A obra de Ruffato (2013), nesse sentido, é marcada pelo descentramento da história oficial. A pluralidade social e estética tornam-se a sua grande marca autoral. Para Leyla

Perrone-Moisés (1990), contrariando aos que concebem a linguagem como um mero instrumento de comunicação, “a formalização, na literatura, não é alienação e sim a busca de uma certa verdade. [...] Ao selecionar, o escritor atribui valores, e ao fazer um arranjo novo sugere uma reordenação do mundo” (PERRONE-MOISÉS, 1990. p. 106), quase sempre envolto no caos.

3. A literatura dos retornados: a história e a poética dos vencidos

Aclarada, com base na seção anterior, as formas como o tempo presente recupera, a partir de uma perspectiva crítica, o passado histórico e poético, buscaremos aqui tecer algumas considerações acerca das produções literárias provenientes dos movimentos de independência dos países africanos, no que se conceitua como literatura dos retornados. No caso português, se “tem assistido ao surgimento de romances que poderão estar a estabelecer um subgênero no âmbito da literatura de Guerra Colonial [...], dado que o tema da descolonização, traduzido na fuga de milhares de pessoas de África [em retorno as suas metrópoles], vem criar uma nova perspectiva” poética (AZEVEDO, 2015, p. 239). Na percepção de Eduardo Lourenço (2014), para esses indivíduos retornados:

[...] o regresso é um choque, e, por isso, enseja uma memória do território que fora deixado como o do Éden. Se por um lado realmente o era, quando pensamos nos privilégios deixados para trás, por outro a violência do colonialismo é rasurada e, em seu lugar, desenha-se nas mentes dos retornados um paraíso terrestre de harmonia em que a guerra pela libertação, sobretudo em Angola e Moçambique, confunde-se deliberadamente com as lutas africanas e constrói-se uma vitimização do retornado, que falseia a história. (LOURENÇO, 2014. p. 212).

O termo “retornado” foi estabelecido, em Portugal, pelo Conselho de Ministros em 5 de maio de 1976 “com o propósito de designar todos os portugueses que tivessem vindo das ex-colônias depois de 1 de setembro de 1974, se ali tivessem residido de forma permanente” (AZEVEDO, 2015, p. 241). Segundo os dados oficiais, entre 1974 e 1976, cerca de meio milhão de pessoas foram forçadas a abandonar o continente africano e retornar à Portugal, em um “movimento de retorno apenas comparável, numericamente, com a saída de um milhão de franceses da Argélia na década de 1960” (GARCIA, 2012 *apud* AZEVEDO, 2015, p. 242). A chegada desses sujeitos, repletos de experiências, em certa medida, traumáticas, resultou na produção de diversos romances que se ambientavam em África, aludindo a lugares, personagens e cenas que habitavam a memória coletiva.

Portugal, nesse contexto, experienciava o fim do regime ditatorial de António Salazar (1933 – 1974), fortemente marcado pela repressão política, constantemente regada por largas doses de violências civis e censura à imprensa e às artes. De caráter fascista, o salazarismo cassou, ainda, os partidos políticos de oposição e exilou, quando não assassinou, diversos de seus intelectuais. Após quatro décadas de repressão, uma série de insurreições populares, que

culminaram na Revolução dos Cravos em abril de 1974, puseram fim ao regime, possibilitando que, a partir de uma perspectiva de redemocratização portuguesa, ocorresse, no mesmo ano, o reconhecimento da emancipação de uma série de países colonizados, como Moçambique, Angola e Guiné-Bissau.

Com a revolução de 1974, a literatura portuguesa retoma a sua potencialidade criativa, gestando uma geração de escritores que insurgem junto à uma

fecundidade estética [que] se estende aos nossos dias. Nessa geração, inserem-se nomes de ficcionistas expressivos, responsáveis pela criação de obras de grande sucesso e crítica, tanto na Europa quanto fora dela. Entre eles podemos citar Ivete Centeno, Teolinda Gersão, Urbano Tavares Rodrigues, Helder Macedo, Maria Gabriela Llansol, João de Melo, Olga Gonçalves, Lídia Jorge, Antonio Lobo Antunes e José Saramago. A simples alusão aos nomes dos escritores integrantes dessa geração revela a existência das mais variadas tendências criativas: a **sintomatização escrita do universo feminino, a denúncia lúcida dos excessos cometidos pelo colonialismo português em suas antigas colônias da África e, principalmente, o resgate ficcional da história passada e presente**. Apesar das diferentes tendências e vertentes adotadas, esse grupo de romancistas demonstra um aspecto comum e recorrente: o desejo de revolucionar profundamente a ficção portuguesa, transformando-a formal e tematicamente. (ROANI, 2002, p. 15-16, grifo nosso).

Nessa ambiência histórico-estética, a literatura portuguesa passou a ocupar-se de temas outrora negligenciados pelas imposições ditatoriais. A história lusitana, os excessos cometidos pelo colonialismo, dentre outros temas, tornaram-se centrais à poética nacional. Diversos combatentes, retornando à sua pátria após anos de conflitos em solo africano, encontravam-se ávidos por expor as barbaridades e abusos impostos pelo Estado colonial, desvelando as ideologias do fascismo e, de certo modo, colocando em xeque a própria mítica do grande Império Ultramarino Português, aclamada, desde o século XVI, pelos *Lusíadas* (1572) de Camões⁴. Dentre diversas vozes consonantes, buscaremos aqui analisar o romance *Os cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes, no qual o autor apresenta-nos, a partir de uma percepção autoficcional, uma nova perspectiva das guerras independentistas em Angola (1961-1974).

A história da região mescla-se à história europeia a partir da chegada dos primeiros colonizadores portugueses, em 1482. Ao longo dos séculos de incessante dominação, a presença lusitana em África, enquanto síntese da própria presença europeia, intensificou-se. No decurso do século XX, graças à implementação de rígidos métodos e processos de assimilação ao *modus*

⁴ Para Leila Hernandez (2008), “não são necessárias extensas leituras sobre Portugal para compreender duas de suas particularidades: a longa duração do seu império ultramarino [entre os séculos XV – XX], com a questão das colônias presentes em todos os regimes, movimentos e resoluções políticas fundamentais; e o fato de o país ter um imaginário constituído por um pensamento elaborado com base em mitos estruturais permanentes, contidos no nacionalismo e redefinidos em diferentes conjunturas.” (HERNANDEZ, 2008, p. 501).

operandi da metrópole, os colonizadores conseguiram se estabelecer, aparentemente, de forma harmoniosa com as populações nativas. Contudo, o governo colonial reiterava suas restrições

aos africanos para o exercício de cargos públicos, sublinhando a superioridade da “raça branca” e estendendo o preconceito racial aos mestiços. Nessas circunstâncias, a distinção entre europeus e “assimilados”, consagrada em 1929 com o sistema segregacionista do “Indigenato”, afastava legalmente os povos africanos dos cargos da administração colonial. A competição entre colonizadores e colonizados se acentuou, desencadeando hostilidades e frequentes situações de conflito. (HERNANDEZ, 2008, p. 572).

Em 1926, com o ataque militar à Primeira República Portuguesa, que culminaria, anos mais tarde, na ascensão do Estado Novo Salazarista (1933-1974), a situação organizacional das colônias desestabilizou-se e, como forma de solução imediata, a hierarquização social fez-se ainda mais evidente. As possessões africanas, das quais destacamos Angola, entraram em graves conflitos internos marcados pelas constantes oposições entre os brancos, mestiços e negros assimilados contra a maioria da população nativa, definidas como “indígenas”⁵. Para além disso, “os impostos aumentaram e a cobrança foi intensificada como forma de pagamento ao Estado português pela ‘civilização angolana’. [...] Foi contra os abusos cometidos, a ponto de aproximarem o trabalho forçado do ‘escravismo’, que, anos mais tarde, em 1947, Henrique Galvão” (então governador do distrito de Huila, em Angola) se insurgiu, na qualidade de representante da colônia, como oposição à dominação lusitana (HERNANDEZ, 2008, p. 572).

Nos anos que se seguiram, em Angola, formaram-se uma série de grupos e associações em favor da independência, tais quais: a (1) Comissão de Luta das Juventudes contra o Imperialismo Colonial em Angola; o (2) Exército de Libertação de Angola (ELA); o (3) Movimento para a Independência de Angola (MIA); o (4) Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA); o (5) Partido Comunista Angolano (PCA), dentre diversos outros movimentos que saíram em defesa da emancipação política. A reação do regime salazarista, como é de se supor, foi violenta, recrutando diversos cidadãos portugueses para irem combater, em solo africano, os inimigos do mítico Império ultramarino. Entre fevereiro de 1961 e abril de 1974, o país esteve imerso em inúmeros conflitos militares, só alcançando sua emancipação política com a derrocada da ditadura de Salazar em Portugal.

O retorno dos portugueses ao território de origem, sejam eles na condição de militares ou civis, resultou em uma imediata desestabilização, do ponto de vista econômico, social e político, de Portugal e de suas antigas possessões, recém alçadas ao *status* de nação. Os saldos negativos para aqueles que sediaram os conflitos bélicos são ainda mais graves, pois o afastamento da metrópole de suas províncias ultramarinas desamparou milhares de famílias portuguesas que viviam em África, afundou Angola e Moçambique na miséria, graças aos

⁵ Esse debate, entre assimilados e não assimilados em Angola, foi largamente discutido por José Luandino Vieira em sua célebre coletânea de contos *Luuanda*, publicada originalmente em 1963.

séculos de extração colonial, e na guerra civil interna, acirrada pela dicotomia imposta pelas próprias determinações europeias entre os sujeitos assimilados e os não assimilados.

De volta à nação portuguesa, nota-se que as mudanças paradigmáticas introduzidas por esses indivíduos que retornavam das guerras coloniais, conseguiam afetar também a própria constituição da identidade lusitana, uma vez que, agora, não havia mais o vislumbre do grande Império ultramarino, tampouco a narrativa do Estado Novo acerca dos gloriosos rumos da guerra, na qual se enfatizava as muitas conquistas, territoriais e minerais, advindas do continente africano. Os olhos da população, por outro lado, contemplavam o retorno daqueles indivíduos que sequer poderiam ser considerados portugueses. Para eles:

a inferiorização em relação ao colonizado não se dava apenas em relação àquele de pele negra, mas também até sobre o de epiderme branca, ou seja, em relação ao branco nascido em Angola. Os metropolitanos consideravam-se ‘branco de primeira’ e os brancos angolanos eram tidos como ‘branco de segunda’, distinção está inscrita até no bilhete de identidade. [...] Em segunda dimensão relativa à questão dos nacionalismos brancos diz respeito aos projetos rivais de independência de Angola e Moçambique, destinados a assegurar, como observado anteriormente, o poder branco e a exploração capitalista dos territórios. (MENESES; GOMES. 2013, p. 59-78).

Diante desse cenário caótico, a nação portuguesa passou a encarar o seu recente passado de colonização, exploração e violência de forma mais distante, negando, inclusive, uma parte significativa das ações e das atrocidades cometidas pela ditadura de Salazar em África. Contudo, em parte significativa, é graças a emergência da literatura produzida pelos retornados que essa história tem alçado os grandes palcos internacionais, transgredindo o discurso oficial, desvelando as narrativas coloniais e expondo, em maior inteireza, o que era ocultado pelo Estado Novo e sua política negacionista. Dentre as várias vozes que poderíamos destacar aqui, retomamos a de Antônio Lobo Antunes em *Os cus de Judas* (2010).

Lobo Antunes serviu, durante as guerras de Angola, no exército português, circunstância em que pode testemunhar, a contrapelo, toda a brutalidade dos movimentos emancipatórios. Médico psiquiatra, ao regressar à Portugal, “abandonou a clínica para se dedicar integralmente à escrita literária. *Memória de elefante* (1979) foi sua narrativa de estreia, seguida por *Os cus de Judas* (1979), uma de suas obras mais prestigiadas” (MOISÉS, 2013, p. 528). Após diversos romances publicados, Antunes acumulou muitas premiações, tais quais: o Prêmio Ovídio, na Roménia; o Prêmio Ibero-Americano das Letras José Donoso; o Prêmio Camões, considerado o mais importante em língua portuguesa; o Prêmio Europeu de Literatura, dentre tantos outros.

Filiado a uma linguagem literária cujo paradigma, segundo Massaud Moisés (2013), remonta à ficção de Eça de Queiroz (1845 – 1900) e, antes dela, à *Comédia Humana* de Honoré Balzac (1799 – 1850), a poética de Lobo Antunes fundamenta-se em

uma admirável capacidade de reconstituir cenas, figuras e ambientes com flagrância histórica e grande riqueza de detalhes, resultando da aliança de três fatores de alta voltagem: a prolífica imaginação, às vezes margeando os territórios da poesia, memória prodigiosa e aproveitamento incomum das virtualidades da língua-mãe. (MOISÉS, 2013, p. 529).

O autor, imerso nessa escrita dos detalhes, apresenta-nos suas narrativas como “fruto de múltiplas câmeras, acionadas em ritmo de polifonia, a captar de vários ângulos os protagonistas e o seu contexto social e psicológico, com um realismo que raramente deixa espaço às vaguidades ou ao insondável das relações humanas” (MOISÉS, 2013, p. 529). Esse intercruzamento de vozes, em *Os cus de judas* (2010), não se centra apenas na história de um inominável homem diante de uma mesa de bar, ao contrário, recuperam antes disso as muitas vozes de famílias vítimas dos ataques de inúmeros jovens soldados inflamados pelo discurso de glória camoniano. Sedentos militares que, ao entrarem em contato com a realidade beligerante, depararam-se também com o caos, com a violência e, muitas vezes, com a morte:

Éramos peixes, somos peixes, fomos sempre peixes, equilibrados entre duas águas na busca de um compromisso impossível entre a inconformidade e a resignação, nascidos sob o signo da Mocidade Portuguesa e do seu patriotismo veemente e estúpido de pacotilha, alimentados culturalmente pelo ramal da Beira Baixa, os rios de Moçambique e as serras do sistema Galaico-Duriense, espiados pelos mil olhos ferozes da Pide⁶ [...] Enquanto nós, os peixes, morríamos nos cus de judas uns após os outros, tocava-se um fio de tropeçar, uma granada pulava e dividia-nos ao meio, traz, o enfermeiro sentado na picada fitava estupefato os próprios intestinos que segurava nas mãos, uma coisa amarela e gorda e repugnante. (ANTUNES, 2010, p. 99 – 100).

Por meio de sua obra, Antunes explicita a completa ignorância dos jovens soldados diante da grandiosidade dos conflitos que os esperavam. É o puro reconhecimento da inocência em contraste com o choque apresentado pela realidade bélica. São as consequências extremas do ufanismo materializadas no mundo através do estupro, da covardia, do abuso, do medo e da morte. São esses os homens que, em um primeiro momento, compõem o exército lusitano, que, em nome do discurso colonizador, defendem a honra dos seus contra o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), mas que, após o desfecho dos conflitos, em 1974, são encarados como fracos e perdedores, os responsáveis, em última instância, pelo desmanche da mítica conquistadora.

Ao ser encarado pela velha sociedade lusitana, o ex-combatente ouve

uma voz fraca, amortecida pela dentadura postiça, como que chegada de muito longe e muito alto, articulou, a raspar sílabas de madeira com a espátula de alumínio da língua. - **Estás mais magro. Sempre esperei que a tropa te tornasse um homem, mas contigo, não há nada a fazer. E os retratos dos**

⁶ Polícia Internacional e de Defesa do Estado que atuou, em Portugal, entre os anos de 1945 e 1969, ficando conhecida pela violência e repressão em favor do regime ditatorial.

gerais defuntos nas consolas aprovaram com feroz acordo a evidência desta desgraça. (ANTUNES, 2010, p. 196, grifo nosso).

A nação portuguesa, localizada, segundo Boaventura Sousa e Santos (1994), na periferia do capitalismo europeu, valia-se, de alguma maneira, desse *status* conquistador para legitimar-se diante das demais potências ocidentais. Contudo, em poucos anos, o grande império secular dissolveu-se. Essa dicotomia, expressa pela mítica em face da realidade objetiva, pode ser sumariamente aclarada pelas formulações de Homi Bhabha em sua obra *O local da cultura* (2010). Para o teórico indiano, existe uma grande diferença entre o discurso propagado pela macroestrutura política e aquele efetivamente tangível, em vista dos acontecimentos concretos, o que, segundo ele, poderíamos categorizar como discurso pedagógico e discurso performático. Na sua acepção, o primeiro se cristaliza justamente na imposição da ideologia dominante, almejando alcançar, em sua essência, certa homogeneidade. Essa determinação, transposta à realidade portuguesa que se apresenta, poderia ser facilmente associada à voz da ditadura salazarista que, valendo-se de um discurso vazio de império conquistador, sustenta, muitas vezes por meio da violência, uma situação de controle pelo Estado autoritário.

A ação pedagógica toma o povo como objeto dos discursos nacionais que reafirmam a origem comum e os laços essenciais que unem os “compatriotas”. Através da ação performativa, promove-se a permanente reinterpretação dos símbolos nacionais que faz do povo sujeito da reposição viva e permanente do desígnio comum. Essa dupla operação discursiva confere realidade à comunidade nacional imaginada, estabelecendo, ao mesmo tempo, seu ser e seu provir, a essência que a ela vincula um povo, uma cultura e um território e o movimento, a transformação (BHABHA, 2010, p. 218, grifo nosso).

A perspectiva performativa introduz uma reinterpretação dos símbolos e, por meio dela, da própria realidade. É a materialização de um discurso potente – como *Os cus de Judas* (1979), de Lobo Antunes, e/ou *A Costa dos Murmúrios* (1988), de Lídia Jorge – capaz de transgredir, de atravessar, de irromper as narrativas oficiais da história portuguesa:

A ideia de uma África portuguesa, de que os livros de história do Liceu falavam, as arengas de políticos e o capelão de Mafra me falavam em imagens majestosas, não passava afinal de uma espécie de cenário de província a apodrecer na desmedida vastidão do espaço, projetos de Olivais Sul que o capim e os arbustos rapidamente devoraram, e um grande silêncio de desolação em torno, habitado pelas carrancas esfomeadas dos leprosos. (ANTUNES, 2010, p. 119).

Em *Os Cus de Judas* (1979), o escritor demonstra sua força contrária ao discurso pedagógico dominante que, de alguma forma, ainda reverbera no imaginário contemporâneo português. Ao fim de seu romance, o inominável protagonista, marcado pelo trauma, pelo

anonimato e pela exclusão por parte de seu povo, uma vez que tem sua imagem associada à derrota do exército português, compreende que não alcançará a glória dos grandes generais, emoldurados nas paredes e representados nos livros didáticos, tampouco terá o apreço de seu povo.

A salvo. Eu? Fico mais um bocado por aqui. Vou despejar os cinzeiros, lavar os copos, dar um arranjo à sala, olhar o rio. Talvez volte para a cama desfeita, puxe os lençóis para cima e feche os olhos. Nunca se sabe, não é?, mas pode bem acontecer que a Tia Teresa me visite. (ANTUNES, 2010, p. 196).

O desfecho do romance, como uma espécie de flecha lançada ao futuro incerto, deixa claro que não obteremos uma sentença acerca do destino do homem que retornou, será necessário que o imaginemos. Para Umberto Eco, em sua obra *Seis passeios pelos bosques da ficção* (1994), esse movimento é essencial, pois “qualquer narrativa de ficção é necessária e fatalmente rápida porque, ao construir um mundo que inclui uma multiplicidade de acontecimentos e personagens, não pode dizer tudo sobre esse mundo” (ECO, 1994, p. 9). A narrativa de ficção necessita, em outros termos, que o leitor participe ativamente da construção de sentidos da obra, que preencha as lacunas, que conjecture diante das entrelinhas e, fundamentalmente, que estabeleça conexões entre o universo fictício e sua realidade histórico-social. É nesse sentido que a obra de Lobo Antunes, enquanto síntese de inúmeras outras vozes poéticas, pode contribuir, ao reordenar o mundo por uma nova perspectiva crítica, isto é, contrária aos ditames impostos pelas elites do poder político-econômico, com o amadurecimento do olhar dos sujeitos diante de seus respectivos universos.

Conclusão

Até que os leões inventem as suas próprias histórias,
os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.
Provérbio Africano

Para Walter Benjamin (2012), em suas *Teses sobre o conceito de história* (1940), a historiografia tem o dever fundamental de narrar, mesmo que com todos os empassos teórico-metodológicos, as experiências de toda a humanidade. Em sua terceira tese, o autor expressa que

o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida obterá o seu passado completo. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado tornou-se citável, em cada um dos seus momentos. (BENJAMIN, 2012, p. 242, grifo nosso).

O passado, nessa leitura, espera de nós sua redenção e somente uma humanidade redimida será capaz de apreender o passado em toda a sua inteireza. Para Michael Löwy (2005), leitor de Benjamin [1940], “a redenção exige a rememoração integral do passado, sem fazer distinção entre os acontecimentos ou os indivíduos ‘grandes’ e ‘pequenos’”. Enquanto o

sufrimento de um único ser humano forem esquecidos, não haverá libertação” (LÖWY, 2005, p. 54). Dentre os vários indivíduos responsáveis por essa lembrança, Walter Benjamin (2012), ao revelar seu desejo de totalidade, eleva a figura do cronista, isto é, a figura de um sujeito que tradicionalmente transita entre os campos do histórico e do poético, como aquele que melhor representa o ideário de história total, ou seja, a percepção de uma História que não exclui nenhum detalhe e nenhum acontecimento, mesmo que, aparentemente, sejam insignificantes, gestando uma narrativa histórica para a qual nada poderá ser perdido ou esquecido.

Por fim, por inserimo-nos em um sombrio contexto de efervescência dos discursos negacionistas, faz-se essencial destacar que os movimentos de revisitação do passado aqui apresentados não guardam nenhuma relação com os precários revisionismos realizados contemporaneamente por pseudo-historiadores e cientistas sociais a serviço de determinadas narrativas ideológicas. Essas produções, valendo-se, muitas vezes, de meios “alternativos” de divulgação “científica”, buscam subverter, à sua maneira disforme, os fatos que empiricamente ocorreram⁷. Os textos aqui discutidos, em dimensão historiográfica e literária, por outro lado, almejam projetar, de forma ôntica, um novo olhar crítico diante dos mesmos objetos, personagens e eventos já aclarados pela história oficial, a fim de complementá-la, como quer Walter Benjamin (2012), Cecília Meireles (2015a) ou Lobo Antunes (2010). Afinal, conforme se constata, a única forma de livrarmo-nos do medo dos negacionismos, das ausências ou, ainda, de uma única versão da História, é enfrentando-o ou, no caso da poesia, (re)narrando-o sobre um novo prisma.

Referências

ANTUNES. Antônio Lobo. *Os Cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva-Alfaguara, 2010.

AZEVEDO, Isabel. *A palavra dos “retornados” nas entrelinhas da descolonização: O retorno*, de Dulce Maria Cardoso, e *Os retornados – um amor nunca se esquece* de Júlio Magalhães. 2015, p. 239-251.

BASTOS, Hermenegildo. Dialética – Por quê? Para quê? *In.*: BASTOS, Hermenegildo; ARAÚJO, Adriana (org.). *Teoria e prática da crítica literária dialética*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 123-148.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

⁷ Luan Moraes, em seu ensaio *O mito fundador luso-brasileiro* (2020), ilustra exemplarmente nossa preocupação. Em seu estudo, o medievalista analisa a produção cinematográfica “Brasil, a Última Cruzada”, realizada em 2017 pela empresa cinematográfica Brasil Paralelo. Para ele, essa obra de forte caráter nacionalista e conservador deseja inventar, e esse mostra-se um termo correto, um passado pautado em “virtude e coragem que por muito tempo nos foi negada” (BRASIL PARALELO, 2017 *apud* MORAIS, 2020). Contudo, a leitura que a empresa realiza do medieval e seu espírito desbravador é reveladora de uma concepção nacionalista puramente fabricada e, embora agradável aos anseios ideológicos desses grupos em específico, é completamente incoerente com a realidade passada (MORAIS, 2020).

- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- BORDINI, Maria da Glória. História e Poesia no Romancero da Inconfidência. In.: MEIRELES, Cecília. *Romancero da inconfidência*. São Paulo: Global, 2015. p. 289-310.
- BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Editora 34, 2015a.
- BOSI, Alfredo. *Notas de teoria literária*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015b.
- BOSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo*. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2015c.
- BUTLER, Judith. *A reivindicação de Antígona: o parentesco entre a vida e a morte*; tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CANDIDO, Antônio. *Vários Escritos*. São Paulo: Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre azul, 2004.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Tradução de Hildgard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- GARCIA, Rita. *Os que vieram de África*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.
- GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas*. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane, 2012, p. 199-221.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 4° ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- JUNIOR ABDALA, Benjamin. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. 3° ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.
- LOURENÇO, Eduardo. *Do colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos – o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MATIAS, Felipe dos Santos; ROANI, Gerson Luiz. *História do cerco de Lisboa: as fontes de José Saramago e a transfiguração da História*. Revista literária do Centro de Ciências

Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa, 2008.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da inconfidência*. São Paulo: Global, 2015a.

MEIRELES, Cecília. Como escrevi o romanceiro da inconfidência. In.: MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da inconfidência*. São Paulo: Global, 2015b. p. 239-265.

MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina. Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa. In.: MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (org.). *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina. CES, 2013.

MORAIS, Luan Lucas A. O mito fundador luso-brasileiro: apropriações do passado medieval europeu na construção de uma identidade nacional em “Brasil, a Última Cruzada”. In: Seminário Internacional de História e Historiografia: os usos políticos do passado no Brasil contemporâneo. 2020, Fortaleza – CE. *Anais [...]*. Fortaleza, 2020.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. A criação do texto literário. In.: MOISÉS, Leyla Perrone-. *Flores na escrivantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 100-110.

ROANI, Gerson Luiz. *No limiar do texto: literatura e história em José Saramago*. São Paulo: Annablume, 2002.

RÓNAI, Paulo. Cecília dos inconfidentes. In.: MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da inconfidência*. São Paulo: Global, 2015. p. 285-288.

RUFFATO, Luiz. *Eles eram muitos cavalos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In.: LE GOFF, Jacques (org.). *A nova história*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 261-290.

SANTOS, Carolina Barbosa Lima e. Eles Eram Muitos Cavalos, de Luiz Ruffato: a metáfora de uma metrópole em ruínas. *Revell - Revista de Estudos Literários da UEMS*, 2017.

SILVA, Alberto da Costa e. Poesia e História. In.: MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da inconfidência*. São Paulo: Global, 2015. p. 11-13.

SOUSA E SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. Porto: Editora Afrontamento, 1994.

Data de submissão: 03/10/2023

Data de aceite: 17/11/2023